

Formação da Sociedade Brasileira

Clérison Ferreira Alves

UNIVASF-Universidade Federal do Vale do São Francisco

Resumo:

Com um recorte temporal que abrange desde a formação do Estado português, com a obra de Raymundo Faoro, até meados do século do XX, com o livro Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de formação sócio-histórica do Brasil e a consolidação empírica de categorias que revelam algumas características do povo brasileiro como: patriarcalismo, personalismo e patrimonialismo. Este artigo expõe, com consulta a obras de alguns dos principais especialistas em história do Brasil, os elementos essenciais que compõem os aspectos políticos, religiosos, econômicos, éticos e sociais em que foi erigida a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Formação da sociedade brasileira. Patrimonialismo. Personalismo. Patriarcalismo.

Introdução

Não é difícil no Brasil depararmos-nos com algumas situações que fogem às regras que sustentam o proceder burocrático. O patriarcalismo, o personalismo e o patrimonialismo fazem parte da cultura brasileira, esses aspectos se estabeleceram a partir da colonização portuguesa. Para tratar da temática foi feita uma pesquisa bibliográfica, na qual foram encontradas informações procedentes nos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Jacob Gorender, Leo Huberman, Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro.

Formação da Sociedade Brasileira

A partir do século XV com o intuito de tornar o Estado mais poderoso, como um todo, alguns países europeus transferiram para a esfera nacional as políticas que vinham sendo adotadas em suas cidades “Era preciso considerar não o que seria melhor para a cidade de *Southampton* ou a cidade de *Lyons* ou a cidade de *Amsterdã*, mas o que seria melhor para a Inglaterra, a França ou a Holanda” (HUBERMAN, 1981, p. 111). Incentivada pela burguesia, em formação, as monarquias absolutistas desenvolveram políticas que facilitaram os negócios dentro de seus países, como a unificação de moedas e construção de estradas.

Nesse período a riqueza e o poder de um país era proporcional à quantidade de ouro e prata que este tinha em seus cofres, pois esses metais, entre outras vantagens, facilitavam as trocas comerciais e não perdiam o valor. Algumas nações européias, com exceção da

Espanha, que possuía colônias para suprir constantemente suas reservas de ouro e prata, tiveram que desenvolver medidas que assegurassem a permanência e o aumento do estoque desses metais. Foram decretadas leis que impediam a exportação de ouro e prata, os governos tinha também como prioridade, manter uma balança comercial positiva, sendo esta a principal forma de aumentar seus estoques “A única maneira de fazer com que muito ouro seja trazido de outros reinos para o tesouro real é conseguir que grande quantidade de nossos produtos seja levada anualmente além dos mares e menor quantidade de seus produtos seja para cá transportada” (*id., ibid.*, p.113).

Na França, Colbert estimulou a indústria manufatureira, concedendo privilégios e ajudas em valor para quem quisesse abrir uma fábrica. Os produtos manufaturados possuíam maior valor agregado que os agrícolas, fato que favorecia a balança comercial dos países produtores nas trocas comerciais. Preocupada com a questão alimentar, a Inglaterra por sua vez também estimulou, através de prêmios, a produção de cereais. Além de alimento suficiente para o povo, essa preocupação era justificada em caso de guerra “Uma nação autosuficiente em alimentos durante uma guerra, e dispondo de combatentes fortes e bem alimentados, era um dos principais objetivos das várias leis sobre cereais baixadas nos diferentes países” (*Id., ibid.*, p.117).

Tais políticas desenvolvidas por vários países, de incentivo à produção interna, voltadas ao comércio exterior, proporcionaram um grande impulso para desenvolvimento do sistema mercantilista.

As práticas mercantilistas, que se preocupavam somente com a prosperidade interna de um país em detrimento do outro, trouxeram instabilidade política à Europa “O fruto da política mercantilista é a guerra. A luta pelos mercados, pelas colônias- tudo isso mergulhou as nações rivais numa guerra após a outra. Algumas foram travadas abertamente como guerras comerciais” (*Id., ibid.*, p.119-20).

Nesse contexto de expansão mercantilista ocorre também o desenvolvimento da marinha mercante, voltada para dois objetivos distintos, a defesa do país e ataque aos inimigos em casos de guerra, e na busca de novos mercados para seus produtos. Portugal e Espanha foram as nações pioneiras nas grandes navegações e descobertas de novas terras. A França, a Inglaterra e a Holanda se tornaram, posteriormente, em países com grande

quantidade de colônias. A expansão marítima mercantil possibilitou a descoberta, no final do século XV, do que viria a se chamar de América.

Portugal foi pioneiro nas descobertas das rotas alternativas, contornando o Cabo da Boa Esperança para negociar diretamente com os indianos. Os espanhóis por sua vez descobriram a América, colonizando grande parte do continente. Portugueses, ingleses, franceses e holandeses, posteriormente, também assentaram colônia neste continente.

A relação entre a metrópole e a colônia sempre foi de dominação da segunda pela primeira. As metrópoles mantinham o monopólio das relações comerciais de suas colônias, evitando que estas mantivesse relações com outros países “A chave para compreender o atrito surgido entre a metrópole e as colônias está no fato de que enquanto a metrópole julgava que as colônias existiam para ela, estas julgavam que existiam para si mesmas” (*Id.*, *ibid.*, p.118).

O objetivo primeiro dos navegantes europeus era encontrar uma rota via ocidente para a Ásia. Em 1520 Magalhães “[...] encontrará o estreito que conservou o seu nome e que constituirá afinal a famosa passagem tão procurada; mas ela se revelará pouco praticável e se desprezará” (PRADO JÚNIOR, 1997 p. 23). Após a descoberta, e, conseqüente abandono da passagem, os navegantes dedicaram todas as suas forças à exploração do território. O ouro e a prata foram o grande estímulo para o estabelecimento da colonização espanhola na América, desde de parte da América do norte (México), passando pela América central até a América do sul. Os aventureiros espanhóis tinham como objetivo principal a exploração de metais preciosos, para alcançar este fim eles realizaram um dos maiores genocídios da história, levando à cabo algumas civilizações, entre elas Astecas, Incas e Maias. A colonização inglesa, no norte da América, durante algum tempo, também teve um caráter exploratório, os itens lá extraídos eram peles e pescados. Mas essa colonização ficou marcada por outra característica:

O povoamento. Devido às instabilidades político-religiosas e, às questões econômicas um grande contingente populacional se dirigiu à América a procura de liberdade e melhores condições de vida “É a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-religiosas, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções” (*Id.*, *ibid.*, p.26).

Como já foi exposto, a descoberta do Brasil pelos portugueses, não consistiu de uma empresa isolada de uma só nação. Esta fez parte de um amplo processo de expansão de mercado realizado, primeiramente, por portugueses, espanhóis e mais tarde por franceses, holandeses e ingleses “Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora” (*Id., ibid.*, p.22).

Prado Júnior, aparentemente, faz uso do “método compreensivo” de Weber para a compreensão do sentido, da ideia principal que motivou a ação colonizadora na América. Salienta que devemos compreender a colonização brasileira a partir de uma visão mais abrangente e que “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo” (*Id., ibid.*, p. 19). O sentido da colonização dos trópicos foi a exploração dos recursos naturais, em solos virgens americanos, voltados para o comércio do velho mundo. A grande extensão da propriedade rural, a monocultura e o uso da mão de obra escrava constituíram a estrutura agrária e social da colonização portuguesa no Brasil.

Ao passo que Prado Júnior procura um “sentido” para a colonização brasileira, Gilberto Freyre analisa como a família constituiu a instituição central da organização da sociedade colonial.

Algumas características foram preponderantes para o estabelecimento, com êxito, dos portugueses no Brasil. Os elementos semitas herdados por alguns portugueses “[...] gente de uma mobilidade, de uma plasticidade, de uma adaptabilidade tanto social como física [...]” ofereceram aos colonizadores portugueses “[...] algumas das suas principais condições físicas e psíquicas de êxito e de resistência” (FREYRE, 2006, p.70-1).

Acrescenta-se a isso a sua longa experiência nos trópicos proporcionada pelas navegações anteriores. Tais fatores contribuíram para a adaptabilidade do português aos trópicos americanos.

A interrelação racial entre os portugueses e as índias, no início da colonização, foi crucial para assegurar a posse e a expansão do território brasileiro. Tal miscigenação se fez necessária devido a escassez da população portuguesa naquele período. Freyre ressalta também a aclimatabilidade dos portugueses ao clima tropical, fator favorável devido às

semelhanças mesológicas entre Portugal e Brasil. “Estava assim o português predisposto pela sua mesma mesologia ao contato vitorioso com os trópicos” (*Id., ibid.*, p.72). Portugal foi o pioneiro, entre as nações colonizadoras, a desenvolver um novo método de exploração das riquezas coloniais, da simples extração mineral, Portugal passou a produzir riquezas através do trabalho escravo nas grandes lavouras baseadas na monocultura.

É no nordeste da colônia, na primeira metade do século XVI, que se desenvolve a família de base patriarcal, que alicerçado no braço do negro e nas plantações de cana, ditará os rumos políticos e econômicos e sociais da colônia por um longo tempo. Os senados de câmara são uma manifestação do poder político familiar, poder que se equipara ao da coroa. A partir de 1532 começa de fato o processo de colonização português, vindo as primeiras levadas de famílias completas do reino, que junto com as famílias constituídas aqui, se dedicaram a cultivar as terras doadas pelo governo, desenvolvendo assim a base da família patriarcal.

A família, não o indivíduo, nem tão pouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América (FREYRE, 2006 p. 81).

A riqueza proveniente da produção agrícola e do trabalho escravo propiciaram à família colonial “[...] uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou [...]” (*Id., ibid.*, p.85). Por outro lado unidade política estava assegurada pela língua e pela eleição em comum, juntando-se também a esse estavam as características físicas e climáticas brasileira.

“O clima não variando de norte a sul, nem da altitude máxima à mínima, o bastante para criar diferenças profundas no gênero de vida colonial, nem variando a qualidade física e química do solo ao ponto de estimular o desenvolvimento de duas sociedades radicalmente antagônicas nos interesses econômicos e sociais, venceu a tendência no sentido da uniformização” (FREYRE, 2006 p. 93).

A religião católica que durante a Idade Média atingiu seu ápice como instituição central da vida social, ditando as regras nos aspectos econômicos, morais, filosóficos, sociais e

políticos, a partir do final do século XIII começa a perder força, tendo seus conceitos contestados pelos pensadores Renascentistas, que procuravam através do pensamento racional sistemático, inspirados nos pensadores clássicos gregos, uma forma alternativa à religiosa, de conceber o mundo. É nesse novo paradigma que se desenrola a colonização brasileira. O leve declínio do poder clerical pode ser percebido nos costumes e no arranjo social da colônia:

“Nem era entre eles [os portugueses] a religião o mesmo duro e rígido sistema que entre os povos do Norte reformados [...] mas sim uma liturgia antes social que religiosa, um doce cristianismo lírico, com muitas reminiscências fálicas e animistas das religiões pagãs: [...] os bois entrando pela igreja para ser benzidos pelos padres; [...] as mulheres estéreis indo esfregar-se, de saia levantada, nas pernas de São Gonçalo de Amarante [...]”
(FREYRE, 2006 p. 93).

São esses os fatos e circunstâncias que tornaram possível a prevalência da família patriarcal como instituição máxima da sociedade colonial. Buarque de Holanda desloca o foco de sua lente, em relação a Freyre, para analisar de outra perspectiva o mesmo objeto de estudo deste, que é, o colonizador português. Holanda ressalta como ideais dois tipos de colonizadores: o colonizador das áreas temperadas, que é o trabalhador, que procura alcançar suas metas através do trabalho árduo e lento; e o aventureiro, colonizador português, que visa a recompensa rápida sem muito esforço “Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude [...]. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes” (HOLANDA, 1995, p. 44). Diferentemente do tipo trabalhador que desenvolve seu ofício numa área limitada.

Segundo Buarque de Holanda, houve no Brasil a predominância do tipo aventureiro, este fato contribuiu para moldar o comportamento da elite social brasileira, que encontra na *distinção hierárquica* e na *apropriação do trabalho alheio* alguns de seus traços característicos. Para o autor, a ânsia por um enriquecimento sem esforço, por títulos honoríficos, tão fácil de se perceber na população brasileira, são claras manifestações do espírito de aventura, (*Id., ibid.*, p. 46).

A partir do acúmulo de riquezas decorria, logo, a necessidade de adquirir um título de nobreza, essa distinção assegurava ao indivíduo, por exemplo, um cargo no serviço público, desta forma ascendendo na hierarquia social. Buarque de Holanda salienta ainda que esta

não era a regra geral, visto que em Itu, no final do período colonial, eram todos nobres, apesar de exercerem a profissão de mecânico (*Id., ibid.*, p. 58). A aversão, por parte dos aventureiros, pelo trabalho metódico, duro, repetitivo associado à lógica de menos esforço e mais dinheiro, são características que induziram esse colonizador a se apropriar do produto do trabalho de terceiros.

Esses traços provocaram, ainda, impossibilidade de desenvolvimento de “[...] um verdadeiro artesanato, mas ainda de oficiais suficientemente habilitados para trabalhos que requerem vocação decidida e longo tirocínio” (*Id., ibid.*, p. 59). Outra prática recorrente entre os brasileiros “bem colocados” era a utilização dos “[...] chamados “negros de ganho ou “moços de ganho”, que trabalhavam mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivos destes” (*Id., ibid.*, p. 59). Esses fatos denotam que a elite social brasileira herdou, e pôs em prática, o espírito aventureiro dos colonizadores portugueses. Todas estas características dos colonizadores ibéricos se associam a uma questão espacial, ao passo que o trabalhador se contenta em desenvolver sua atividade em um território restrito, limitado, o aventureiro deseja o horizonte, um território ilimitado, o além-mar para alcançar seus propósitos.

Vimos como Buarque delineou o perfil do colonizador português no Brasil, homem aventureiro que busca recompensa fácil, não afeito ao trabalho sistemático de fruto demorado.

Dando continuidade ao raciocínio buarqueano, no quinto capítulo do mesmo livro ele analisa de que modo as relações desenvolvidas nas famílias oligárquicas atingiram a esfera pública, deixando-a marcada pelo personalismo e pela apropriação hierárquica dos cargos, com critérios pessoais de escolha, em vez da utilização de critérios impessoais e universais de direitos e deveres.

Buarque se reporta à mitologia grega para sedimentar seu ponto de vista, discorrendo sobre o antagonismo entre a vontade individual e as normas estatais, *Antígona* e *Creonte*, de *Sófocles*, passa a ideia dessa oposição.

“Creonte encarna a noção abstrata, impessoal da Cidade em luta contra essa realidade concreta e tangível que é a família. Antígona, sepultando Polinice contra as ordenações do Estado, atrai sobre si a cólera do irmão, que não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suposta vontade geral dos cidadãos, da pátria: *E todo*

aquele que acima da Pátria Coloca seu amigo, eu o terei por nulo” (Id., ibid., p. 141).

Mas no Brasil essa lógica não é levada em conta, com o crescimento das cidades e o desenvolvimento dos meios de comunicação, as práticas patrimonialistas antes desenvolvidas no meio rural, passa à vida urbana provocando “[...] um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje” (*Id., ibid., p.145*). A apropriação do público pelo privado, vai de encontro ao bom desenvolvimento do Estado moderno burocrático, que requer um trato impessoal com a coisa pública. Buarque lembra que o funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos (*Id., ibid., p.146*). Mais a frente esta questão será abordada com mais profundidade, através da obra de Faoro.

O personalismo é outra característica do povo brasileiro analisada pelo autor, é opinião corrente entre os estrangeiros que por aqui baixam, que o brasileiro tem um jeito diferenciado de comportamento: hospitaleiro e generoso, tratando bem quem chega por aqui.

O autor reflete que esse tipo não suporta o isolamento, ainda não aprendeu a conviver consigo mesmo “No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência” (*Id., ibid., p.147*). Pode-se até fazer uma analogia com o estágio de desenvolvimento da nação, que ainda se encontra em sua infância, e o homem reflete essa infância em seu medo da solidão, deste modo o amadurecimento da nação representará à sua chegada à vida adulta. O que ocorre, segundo Buarque, à esse homem é a necessidade de logo estabelecer intimidade com o desconhecido, no campo da linguística essa necessidade de intimidade se encontra no emprego do termo “inho” no final das palavras, a religião não passou imune a esse hábito, nos nomes dos santos na forma diminutiva “Os que assistiram às festas do Senhor Bom Jesus de Pirapora, em São Paulo, conhecem a história do Cristo que desce do altar para sambar com o povo. [...] No Brasil é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza” (*Id., ibid., p.149*).

Essa aversão aos ritos, aos formalismos que pairam sobre os brasileiros anulou qualquer ímpeto de interferência social “Assim, nenhuma elaboração política seria possível

senão fora dela, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade [...] Não admira pois, que nossa República tenha sido feita pelos positivistas, ou agnósticos, e nossa Independência fosse obra de maçons. (*Id., ibid.*, p.150). Faoro e Buarque dividem a mesma opinião no tocante as práticas patrimonialistas adotadas pelo funcionalismo público, Faoro por sua vez faz um estudo aprofundado dessa prática, e defende que as origens desse problema está associado ao antigo modelo lusitano de centralização política.

Faoro remonta ao surgimento do Estado português, salientando que os países Ibéricos se formaram através de guerras entre mouros e visigodos, tentando ocupar o vácuo deixado pelo Império Romano. Para enfrentar toda sorte de invasão e violência e, para nortear as ações do exército, constituiu-se um Rei.

“Ainda uma vez a guerra, a conquista e o alargamento do território que ela gerou, constitui a base real, física e tangível, sobre que assenta o poder da Coroa. O rei, como senhor do reino, dispunha, instrumento de poder, da terra, num tempo em que as rendas eram predominantemente derivadas do solo.”¹

(Faoro, 2001, cap.I)

O rei desta forma se torna dono das terras e chefe de guerras, já é perceptível nesse momento a apropriação pela coroa, na figura do rei, dos bens públicos, já havendo, nesse momento, uma confusão entre o público e o privado. Por volta do século XIV o rei já possuía mais terras que a coroa, o clero e a nobreza. Para manutenção do poder real, a coroa lançou mão de algumas estratégias como: a apropriação das terras conquistadas, a criação de um exército particular, unificação da moeda *et cetera*. Portugal mantinha seu sustento através dos tributos, que eram cobrados por funcionários do rei.

“ No fim do século XIV a sisa, devida ao tesouro pelos consumidores na compra e venda e na troca de mercadorias, ocupa o primeiro lugar no orçamento, recaindo sobre toda a gente, nobres, eclesiásticos e plebeus, com o rompimento do privilégio da imunidade” (*Id., ibid.*, cap. I). O autor nos traz alguns fatos que contestam a ideia do sistema feudal em Portugal: A unidade do comando político, no sistema feudal o poder era fragmentado;

¹ Na versão digital da obra de Faoro não foi possível identificar as páginas.

ausência de sobreposição de camadas sociais, no feudalismo haviam os senhores e os servos; terra como fonte de tributos, a terra no sistema feudal tinha somente a função de produzir itens; tendência mercantilista, a base econômica do feudo era somente a agricultura; administração consuetudinária.

Após a descoberta do Brasil, a coroa portuguesa, ainda no século XIV, com o fito de incentivar a ocupação e a defesa das novas terras, criou as sesmarias, que eram que grandes lotes de terras, oferecidos aos portugueses que quisesse produzir e fazer a defesa dessas porções de terras, essa função administrativa ficou, primeiramente, a cargo de Afonso d'Albuquerque.

“O sentido da colonização está claro: o povoamento como obra auxiliar da conquista. O casamento, com a assistência religiosa tornando-o estável, seria o núcleo da lealdade ao país, confundido, no ânimo cruzado dos portugueses, com a fé. [...] A capitania era inalienável e indivisível, sujeita à sucessão mesmo de "fêmeas, bastardos, transversais e ascendentes", em desvio da lei mental. O "capitão e governador" representava os poderes do rei, como administrador e delegado, com jurisdição sobre o colono, português ou estrangeiro, mas sempre católico. As terras eram distribuídas aos moradores, que as deviam cultivar em certo prazo, sob o mesmo espírito da velha Lei das Sesmarias de dom Fernando. (*Id., ibid., cap.II*).

Cabe destacar que Faoro compreende todos esses movimentos portugueses como decorrência da expansão mercantilista, levando em conta que os portugueses desenvolveram aqui, não mais simples feitorias, mas um novo modelo de exploração baseado na agricultura, como já foi exposto anteriormente.

O modelo patrimonialista é trazido para a colônia através dos burocratas da corte, que devido à distância da coroa, aqui são como reis “O funcionário é o outro eu do rei, um outro eu muitas vezes extraviado da fonte de seu poder” (*Id., ibid., cap.VI*). Os funcionários do rei assumem aqui características de déspotas “manda quem pode obedece quem tem juízo” o que impera aqui, segundo Faoro, é o trato pessoal, desprovido de racionalidade que dão a tônica nas relações entre o povo e a autoridade. Os parcos rendimentos dos funcionários induzem à corrupção “Essa degradação dos vencimentos explicará as inúmeras denúncias de corrupção”(*Id., ibid., cap.VI*).

Faoro cita vários exemplos de descontentamento com a política aplicada na colônia, como o do padre Antônio Vieira “Desfazia-se o povo em tributos, em imposições e mais

imposições, em donativos e mais donativos, em esmolas e mais esmolas, [...] e no cabo nada aproveitava, nada luzia, nada aparecia. Porque?” (*Id., ibid., cap.VI*).

São estes alguns dos argumentos utilizados por Faoro para demonstrar como a prática patrimonialista surge em Portugal, através do poder do rei, e se estabelece posteriormente no Brasil, pelas mãos dos burocratas.

Passaremos agora à análise do novo ponto de vista teórico, desenvolvido pelo pesquisador J. Gorender. Através da aplicação das técnicas de pesquisa do materialismo histórico, Gorender desenvolve uma nova perspectiva historiográfica, encontrando contradições na opinião intelectual corrente de que o Brasil era constituído por uma base econômica feudal e por uma estrutura social patriarcal. Gorender confronta a realidade brasileira com os três tipos de dominação, entre sociedade heterogêneas, proposto por Marx:

“O povo conquistador submete o povo conquistado ao seu próprio modo de produção (por exemplo, os ingleses neste século na Irlanda e, em parte, na Índia); ou ele deixa subsistir o antigo modo de produção e se satisfaz com o tributo (por exemplo, os turcos e os romanos); ou então se produz uma ação recíproca que dá nascimento a uma forma nova, a uma síntese (em parte nas conquistas germânicas (Marx, *Apud Gorender, sd.*).

Concluindo que nenhum dos três tipos se aplica ao caso brasileiro, lembrando que, primeiro, o modo de produção feudal português² não foi transferido para o Brasil; segundo, os portugueses não deixaram o modo de produção indígena subsistir; e por último, não pode ser considerado como uma síntese visto que não houve um novo arranjo contendo elementos dos modos de produção português e indígena. Gorender conclui: “Impõe-se, por conseguinte, a conclusão de que o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese de modos de produção preexistentes, no caso do Brasil” (GORENDER, *sd*, p. 54).

Devido à complexidade dos fatores que interferiram na colonização portuguesa, emerge no Brasil uma forma inédita do modo de produção na história:

“Nem ele constituiu repetição ou retorno do escravismo antigo, colocando-se em seqüência “regular” ao comunismo primitivo, nem resultou da conjugação

² Cabe anotar que Gorender e Faoro não dividem a mesma opinião sobre a existência do sistema feudal em Portugal.

sintética entre as tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas. O estudo da estrutura e da dinâmica do modo de produção escravista colonial [...] demonstrará o que desde logo vem afirmado, ou seja, que se tratou de *um modo de produção historicamente novo*, pois a outra conclusão não cabe chegar se este estudo puser em relevo leis específicas distintas das leis dos outros, modos de produção” (*Id., ibid.*, p. 54-55).

Gorender ressalta que na procura por uma definição adequada do modo de produção Marx escreve (como esboço, que o próprio Marx desconsideraria) que tal modo de produção se constituía em anomalia “sob o argumento de sua inclusão no mercado mundial capitalista” (*Id., ibid.*, p. 56). Gorender continua:

“Creio, porém, implausível classificar de anômalo um modo de produção que representou um tendência dominante, durou séculos, avassalou enormes extensões territoriais, mobilizou dezenas de milhões de seres humanos e serviu de base à organizações de formações sociais estáveis e inconfundíveis” (*Id., ibid.*, p. 56).

O autor trata das similaridades entre o escravismo colonial e a escravidão antiga praticada em Roma, ressaltando que em ambos, havia o trabalho escravo como tipo predominante de exploração de mão de obra, porém que a estrutura e a dinâmica eram diferentes entre uma e outra, isso se revela “com o impasse representado pela impossibilidade de evolução do escravismo patriarcal arcaico ao escravismo mercantil moderno” (*Id., ibid.*, p. 58).

Um modo de produção inequivocamente novo, o braço negro servindo, de viés, ao mercado internacional, este bravo, impedido de gozar o resultado de seu trabalho, em todos os aspectos alienado. Gorender, através da lente de Marx, lança um novo olhar sobre a página mais vergonhosa da história brasileira.

Conclusão

Foram expostos nesse trabalho, através de obras de alguns dos principais especialistas em história do Brasil, os elementos essenciais que compõem os aspectos políticos, religiosos, econômicos, éticos e sociais em que foram erigidos a sociedade brasileira. A partir deste estudo é possível perceber que o estabelecimento do patriarcalismo, do personalismo e do patrimonialismo na sociedade brasileira se deu por herança cultural do comportamento vigente em Portugal, sendo praticado a partir dos aspectos sociais e materiais aqui desenvolvidos.

BIBLIOGRAFIA:

- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. 3. Globo, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51. São Paulo: Global, 2006.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*, In: Modo de Produção Historicamente Novo.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Disponível em: <http://www.4shared.com> : Acesso em: 23 Abril, 2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In: O Sentido da Colonização. 23. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.